



FUNDO DE PENSÃO CAPEMI – FUCAP
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Em 31 de Dezembro de 2011

(Em milhares de Reais)

1 - Contexto Operacional

O **FUNDO DE PENSÃO CAPEMI - FUCAP**, pessoa jurídica de direito privado, instituída em 08/12/1977, com constituição e autorização para funcionamento aprovados em 25/03/1981 por meio da Portaria MPAS nº 2.455 constituída sob a forma de fundação, sem fins lucrativos, com a finalidade de promover o bem estar social dos seus participantes, assistidos e respectivos dependentes na forma de concessão de benefícios previdenciários.

Os recursos que a Entidade dispõe para seu funcionamento são representados por contribuição de suas patrocinadoras, de seus participantes e pelos rendimentos resultantes das aplicações financeiras desses recursos, em conformidade ao disposto na resolução do Conselho Monetário Nacional – C.M.N. nº 3.792, de 24/09/2009, alterada pela Resolução nº 3.846, de 25/03/2010.

A Fundação aplica seus recursos financeiros integralmente no País e não distribui lucro ou participações em seus investimentos.

Em 01 de Janeiro de 2011, entrou em vigor, após ser aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), através do ofício nº 305/CGAF/DITEC/PREVIC, de 01 de março de 2010, o regulamento do plano SALUTARPREV com dilação de prazo de implantação por 180 dias conforme Despacho nº 51/2010/CGAF/DITEC/PREVIC de 06 de setembro de 2010.

A Fundação possuía em 31 de dezembro de 2011, conforme dados estatísticos enviados a PREVIC em 23/02/2012, sob o protocolo de nº 321349, as seguintes quantidades de participantes segregadas por planos:

	PLANOS	
	FUCAP (BD)	SALUTARPREV (CD)
Participantes		
Ativos	1.158	453
Assistidos	252	-
Total	1.410	453
TOTAL GERAL	1.863	

FUNDO DE PENSÃO CAPEMI – FUCAP

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, Instrução Previc nº 05, de 08 de setembro de 2011 e Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a ITG 2001 (NBC TE 11), e as práticas contábeis brasileiras. Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas às gestões previdencial e administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC TG 26 (NBC T 19.27).

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em três gestões distintas (Previdencial, Assistencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações.

3 - Principais Práticas Contábeis

a. Registro das Adições, Deduções, Receitas, Despesas, Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas

As Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo de Investimento, são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios.

b. Provisões Matemáticas e Fundos da Gestão Previdencial

São apurados com base em cálculos atuariais, procedidos por atuários externos, Atuas Atuários Associados Ltda., contratados pela Entidade e representam os compromissos acumulados no encerramento dos exercícios, quanto aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes e assistidos dos planos de benefício definido (BD) e contribuição definida (CD), conforme pareceres datados em 23 de Janeiro de 2012 e 10 de Janeiro de 2012, respectivamente.

FUNDO DE PENSÃO CAPEMI – FUCAP

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

c. Estimativas atuariais e contábeis

As estimativas atuariais e contábeis foram baseadas em fatores objetivos que refletem a posição em 31 de dezembro de 2011 e 2010, com base no julgamento da administração para determinação dos valores adequados a serem registrados nas demonstrações contábeis. Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem as provisões matemáticas, calculadas atuarialmente por profissional externo.

d. Operações administrativas

Em conformidade com a Resolução MPS/CNPC N° 08 de 31 de outubro de 2011 e Instrução SPC n° 34, de 24 de setembro de 2009, os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa – PGA, que possui patrimônio próprio segregado virtualmente do plano de benefícios.

O Fundo Administrativo do Plano de Gestão Administrativa é formado pelas receitas, deduzidas das despesas, acrescidas ou deduzidas do fluxo de investimentos, da constituição e reversão das contingências, contabilizadas no grupo de contas gestão administrativa.

As fontes de custeio da Gestão Administrativa, descritas em regulamento próprio, em consonância com a Resolução CGPC n° 29 de 31/08/2009, são: as contribuições dos participantes e assistidos, contribuições dos patrocinadores e instituidores, custeio administrativo dos investimentos, reembolso dos patrocinadores e instituidores, resultado dos investimentos, como também a taxa de administração de assistência financeira e financiamentos concedidos aos participantes, receitas administrativas, fundo administrativo, dotação inicial e doações. Todos os valores devem ser definidos pelo Conselho Deliberativo e incluídas no orçamento anual e, ainda, constar no plano anual de custeio definido atuarialmente.

e. Realizável

• Gestão Previdencial

O realizável previdencial é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos valores e pelos direitos da Entidade, relativos às contribuições das patrocinadoras e dos participantes.

• Gestão Administrativa

O realizável da gestão administrativa é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos valores a receber decorrentes de operações de natureza administrativa.

FUNDO DE PENSÃO CAPEMI – FUCAP

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

- **Fluxo dos Investimentos**

O resultado dos investimentos, a ser transferido para as gestões previdencial e administrativa é formado pelas rendas e variações positivas, subtraídas das deduções e variações negativas, acrescidas ou deduzidas da cobertura e reversão de despesas administrativas, da constituição e reversão das contingências e dos fundos, contabilizadas no grupo de contas fluxo de investimentos.

De acordo com o disposto na Instrução da PREVIC nº 2, de 18/05/2010, os valores de custo e de mercado, segregados por tipo de título, bem como os parâmetros utilizados para suas determinações, são encaminhados, mensalmente, à PREVIC através do envio do Demonstrativo Analítico de Investimentos – DAI pelo Portal da SPC.

Títulos e valores mobiliários - Renda fixa.

Nos termos da Resolução nº 4, de 30 de janeiro de 2002, e da Resolução nº. 22, de 25 de setembro de 2006, os títulos e valores mobiliários são classificados em duas categorias, de acordo com a intenção de negociação da Administração na data da aquisição.

A classificação e a avaliação dos títulos e valores mobiliários estão assim definidas:

- i.* **Títulos para negociação** - Os títulos e valores mobiliários, adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício.
- ii.* **Títulos mantidos até o vencimento** - Os títulos e valores mobiliários, exceto as ações não resgatáveis, para os quais haja a intenção e capacidade financeira para sua manutenção até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

Todos os títulos de renda fixa da Fundação foram classificados como "Títulos para negociação" e estão avaliados pelo valor de mercado.

Títulos e valores mobiliários - Renda variável.

A contabilização de ações de Renda Variável foi realizada pelo custo de aquisição acrescido das despesas de corretagens e outras taxas incidentes e avaliadas pelo valor de mercado, considerando a cotação de fechamento do mercado do último dia do mês em que a ação tenha sido negociada na Bolsa de Valores cumprindo a Resolução CGPC nº 25 de 30/06/08.

FUNDO DE PENSÃO CAPEMI – FUCAP

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Investimentos Imobiliários

A Fundação adquiriu em 25 de setembro de 2010, o imóvel situado a Rua Beneditinos nº16, destinado ao uso próprio. Na ocasião, a Fundação contratou empresa especializada para realização da reavaliação do referido imóvel conforme determina a Resolução CGPC nº 28 de 26/01/2009, alterada pela Resolução nº 01, de 16/03/2011 do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

Em dezembro de 2011, por decisão administrativa dos dirigentes e aprovado pelo conselho deliberativo, conforme ata do dia 28/12/2011, o referido imóvel foi transferido para o Imobilizado do Plano de Gestão Administrativa por se tratar de imóvel para uso próprio. A situação patrimonial, tanto do Plano de Benefícios, quanto do Plano de Gestão Administrativa permaneceram equânimes, pois, o plano de gestão administrativa transferiu cotas do seu fundo de investimento para a carteira de Renda Fixa do Plano de Benefícios.

Operações de Empréstimos com participantes ativos

Registram as operações de empréstimos concedidos aos participantes ativos. As operações com participantes estão demonstradas pelos saldos originais dos empréstimos, acrescidos dos encargos auferidos até a data do balanço. A Fundação não constituiu provisão para perda em função das operações com participantes não estarem em atraso.

f. Ativo permanente

O Imobilizado e o Intangível estão demonstrados ao custo de aquisição e são depreciados e amortizados pelo método linear às taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil fixados por espécie de bens, conforme determinado no Anexo A – Normas Complementares, nos subitens 21, 22, 23 e 24 do item II – Procedimentos Operacionais, da Resolução CGPC nº 34/2009.

g. Exigível Operacional

São registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, estando representados pelas obrigações decorrentes de direito a benefícios pelos participantes, salários dos empregados da Fundação, prestação de serviços por terceiros, investimentos, operações com participantes e obrigações fiscais.

FUNDO DE PENSÃO CAPEMI – FUCAP

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

4 - Gestão Previdencial

4.1- Ativo

Constitui-se de Recursos a Receber relativos às contribuições para o Plano de Benefícios, antecipações e contratos de dívidas decorrentes de contribuições em atraso, de serviço passado e do equacionamento de déficit e outros realizáveis.

O quadro abaixo representa a composição do realizável concomitante ao detalhamento do saldo a receber do equacionamento de déficit classificado por Contrato:

<u>Contrato</u>	<u>Valor Contratado</u>	<u>Parcelas à Receber</u>	<u>Valor da Parcela</u>	<u>Saldo em 31/12/2011</u>	<u>Saldo em 31/12/2010</u>
Contrato I	1.307	14	58	782	1.325
Contrato III					
Em 60 meses (*)	1.181	26	25	617	822
Contrato IV	960	14	22	296	501
Contrato V (**)	7.211	12	621	7.211	
				<u>8.906</u>	<u>2.962</u>
Outros recursos a receber					
Contribuições				341	289
Parcela à receber				80	75
				<u>421</u>	<u>364</u>
				<u>9.327</u>	<u>3.328</u>

(*) Patrocinadora Lar Fabiano de Cristo pactuou em 60 meses, as outras patrocinadoras, Capemisa, Capemisa Instituto, Salutar Saúde e Fucap pactuaram em 24 meses, portanto a última prestação foi recebida em fevereiro/2011.

(**) Contrato firmado em 02/12/2011 com a Patrocinadora Capemisa.

4.2- Passivo Operacional

Refere-se a obrigações relativas à folha de pagamentos de benefícios previdenciários dos participantes em gozo de benefícios, tributos pertinentes, compromissos com terceiros e outros.

FUNDO DE PENSÃO CAPEMI – FUCAP

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

5 - Gestão Administrativa

5.1- Ativo

Constitui-se de Recursos a Receber relativos às contribuições, doações, dotação inicial e outros realizáveis para a cobertura das despesas administrativas do plano de benefícios.

5.2- Passivo

Constitui-se de obrigações relativas à gestão administrativa, tais como folha de pagamento de colaboradores e seus encargos, dívidas decorrentes da prestação de serviços nas áreas contábil, atuarial, financeira, jurídica, tributos e outros.

6- Investimentos

São aplicações em título de crédito, valores mobiliários e outros direitos, classificados em títulos públicos, créditos privados e depósitos, ações, fundos de investimentos, derivativos, investimentos imobiliários, empréstimos a participantes e outros realizáveis.

<u>Segmentos</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Renda Fixa	108.201	99.339
Renda Variável	-	-
Imóvel	-	543
Empréstimo a Participantes	1.964	2.180
Total	<u>110.165</u>	<u>102.062</u>

FUNDO DE PENSÃO CAPEMI – FUCAP

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

• **Renda Fixa**

Discriminação	Quantidade	2011		2010	
		Valor de mercado	% sobre Investimento	Valor de mercado	% sobre Investimento
BB INSTITUCIONAL FI RF	4.610.436	19.748	18,25	18.787	18,92
CAIXA FIC ESP RF LP	968.946	2.737	2,53	2.456	2,47
HSBC FI DI EXECUT	620.154	3.871	3,58		
HSBC FI RF LP PERFOR	4.402.773	10.840	10,02	9.741	9,81
FI REF DI TITULOS PUBLICOS	15.032	155	0,14		
BRADESCO FI RF IMA-B	4.870.503	8.478	7,84	7.382	7,43
BRADESCO IMA GERAL	4.513.965	7.833	7,24	6.877	6,93
MASTER PANAMERICANO				3.573	3,60
UBS PACTUAL YIELD DI	549.269	8.394	7,76	7.450	7,50
SAFRA INSTIT DI FIC	82.229	14.735	13,62	13.972	14,07
BRADESCO FI TARGET	156.696	1.212	1,12	1.084	1,09
UNIB INSTIT DI FI	13.485	19.781	18,28	18.693	18,83
VOTORANT INST RF	4.682.467	10.417	9,63	9.274	9,35
Total Renda Fixa		108.201	100	99.339	100

6.1- Rentabilidade Patrimonial

A rentabilidade dos investimentos obtida no exercício de 2011 foi de 12,35%, inferior a exigibilidade mínima atuarial de 12,44 %, composta pela variação do INPC no período e juros de 6% ao ano. Em 2010 a rentabilidade auferida foi de 7,59%, inferior a mínima atuarial de 12,85%.

7- Critério de Rateio das Despesas Administrativas

O FUCAP, possui somente um plano de benefício e o critério de rateio permaneceu o mesmo para o custeio das despesas por parte da gestão dos investimentos. No exercício de 2010, o percentual de custeio era de 15% do total das despesas e a transferência do resultado dos investimentos, do Programa de Investimentos para o Programa Administrativo e Programa Previdencial eram distribuídos proporcionalmente ao patrimônio de cada programa com base no mês anterior.

No exercício de 2011, com a segregação patrimonial, coube a gestão dos investimentos um percentual maior para custear as despesas do plano de gestão administrativa. A alteração do percentual de 15% para 70% do total das despesas comuns permitiu a manutenção patrimonial do

FUNDO DE PENSÃO CAPEMI – FUCAP

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Plano de Gestão Administrativa assegurando a perenidade administrativa do plano de benefícios previdenciais.

Para a gestão previdencial o custeio permaneceu o mesmo, sendo efetuada com base no resultado da aplicação do percentual de 11,534% das receitas previdenciais - correntes, conforme regulamento do Plano de Benefício. O custeio auferido em 2011 está demonstrado a seguir:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Gestão Previdencial	1.530	540
Gestão de Investimentos	541	1.271
Taxas de Administração Emp./Financ.	157	192
Resultado Positivo dos Investimentos do PGA	198	63
Total	<u>2.426</u>	<u>2.066</u>

8 - Equilíbrio Técnico

O resultado superavitário ou deficitário do plano de benefícios, no exercício, é formado pelas adições, subtraídas das deduções, acrescidas ou deduzidas da cobertura e da reversão de despesas administrativas, do fluxo da gestão de investimentos, da constituições e da reversão das contingências, das provisões matemáticas e dos fundos, contabilizados no grupo de contas de gestão previdencial.

9 - Fundo Administrativo

A movimentação do Fundo Administrativo pode ser resumida conforme demonstrado a seguir:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Saldo anterior	2.517	2.475
Constituição/Reversão de Fundo Administrativo	(158)	42
Saldo final do Fundo Administrativo	2.359	2.517

10 - Fatos Relevantes

• Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011

Em 31 de Outubro de 2011, o Conselho Nacional da Previdência Complementar, aprovou a Resolução CNPC nº. 08, que dispõe sobre os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar - EFPC.

FUNDO DE PENSÃO CAPEMI – FUCAP

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Esta resolução revogou a Resolução CGPC nº 28, de 26/01/09 e a Resolução CNPC nº 1, de 03/03/11.

- **Instrução Normativa PREVIC nº 5 de 08 de setembro de 2011**

Alterou a Instrução nº 34, que dispõe de procedimentos complementares nas normas, funções e funcionamento das contas contábeis.

- **Resolução CNPC nº 2, de 3 de março de 2011**

Em 3 de março de 2011, o Conselho Nacional de Previdência Complementar, aprovou alterações na Resolução CGPC nº 23, de 6 de dezembro de 2006.

As alterações referem-se aos procedimentos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar na divulgação de informações aos participantes e assistidos dos planos de benefícios de caráter previdenciário.

A Resolução foi publicada no DOU em 16 de março de 2011 e entrou em vigor na data da publicação.

- **Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009**

Em 10 de setembro de 2009 foi publicada a Resolução CGPC nº. 29, que dispôs sobre os critérios e limites para o custeio das despesas administrativas a serem adotados pelas entidades fechadas de previdência complementar.

Esta Resolução entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2010 e revogou a Resolução CPC nº. 01, de 09 de outubro de 1978.

- **Instrução Normativa SPC nº 34 de 24 de setembro de 2009**

Conforme estabelecido no artigo 3º da Resolução CGPC nº 28, em 24 de setembro de 2009 foi aprovada a Instrução nº 34, que dispõe de procedimentos complementares nas normas, funções e funcionamento das contas contábeis.

11 - Outras Informações

- a) A Entidade elaborou a sua política de investimentos para o exercício de 2012, definindo as normas e diretrizes das aplicações financeiras em conformidade com as normas legais. Essa política de investimentos foi aprovada pelo Conselho Deliberativo em 29 de dezembro de 2011, e enviada à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), por meio de acesso exclusivo ao sistema de informações disponível no sítio da previdência social (<http://portalspc.previdencia.gov.br/spcweb>) em 24/01/2012, protocolo nº 004940019576-64.

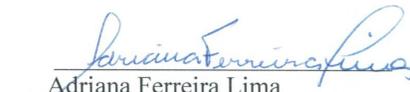
.11.

FUNDO DE PENSÃO CAPEMI – FUCAP

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

- b) O envio das informações pelo SICADI, do Demonstrativo de Investimentos, foi finalizado no dia 23/02/2012 sob o protocolo de número 004940023286-60.
- c) Em reunião do Conselho Deliberativo realizada em 28 de dezembro de 2011, foi aprovado o Regulamento do Programa de Gestão Administrativa (PGA), de acordo com o disposto na Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009.
- d) As Entidades de Previdência Complementar, conforme artigo 5º da Lei nº 11.053, de 29/12/2004, ficaram dispensadas, a partir de janeiro de 2005, das retenções na fonte e o pagamento, em separado, do Imposto de Renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das provisões, reservas técnicas e fundos de planos de benefícios.
- e) Para fins de consolidação dos balancetes do plano de benefício - FUCAP e do PGA sem que o valor do Fundo Administrativo dobre devido aos lançamentos da participação do plano de benefício no fundo administrativo do PGA, foi criado o BALANCETE DE PARTICIPAÇÃO, cujos lançamentos são inversos aos lançamentos no balancete do plano de benefício e, assim, permitem, na consolidação, zerar as contas 1.2.2.3.00.00.00 e a 2.3.2.2.02.00.00 conforme regras de consistências do Anexo B, do Projeto SICADI Módulo Contábil – Regras de Negócio para o Módulo Contábil, versão 1.9.


Renato Maia Rodrigues
Presidente
CPF: 787.693.297-53


Adriana Ferreira Lima
Contadora
CPF: 013.837.097-42
CRC: RJ-101694/O-9